

GOLDEN BROKER

RELATÓRIO & CONTAS 2021



GOLDEN
WEALTH MANAGEMENT

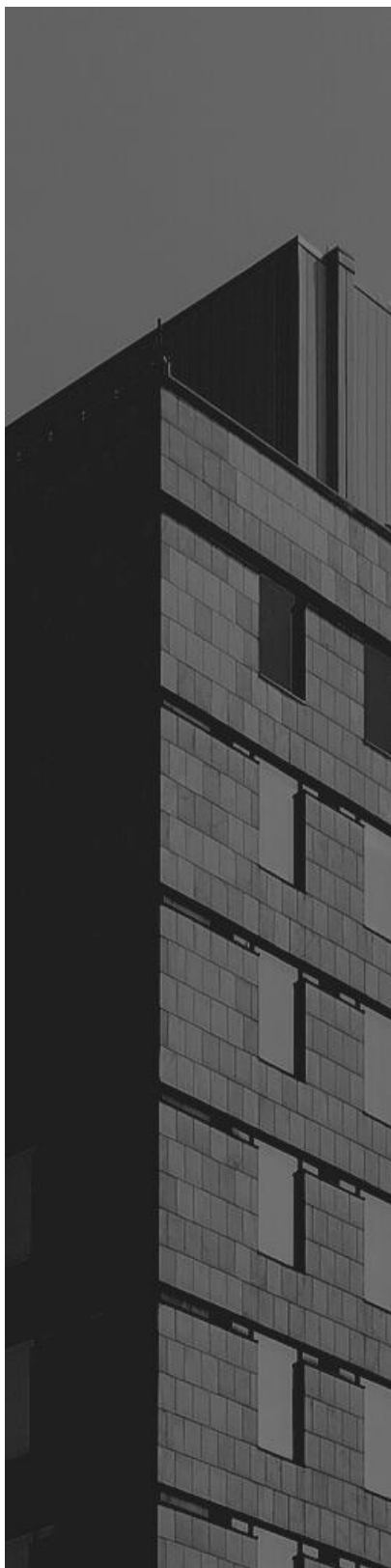


RELATÓRIO & CONTAS 2021

Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 506 396 878
Capital Social 350.000 Euros

CONTEÚDOS GWM

ÍNDICE



1. GOLDEN NUM OLHAR

INTRODUÇÃO

CHIEF EXECUTIVE ´S STATEMENT

A NOSSA PERFORMANCE

PRINCIPAIS INDICADORES

2. ENVOLVENTE ECONÓMICA

PERSPETIVA INTERNACIONAL

BANCOS CENTRAIS

PORTUGAL

3. GOVERNANCE

COMO CORREU 2021

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

ORGÃOS SOCIAIS E COMITÉS

COMPLIANCE

4. ATIVIDADE

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXO AO RELATÓRIO

GOLDEN NUM OLHAR



GOLDEN NUM OLHAR

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Broker”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



LET'S CONTINUE TO PAVE THE WAY FOR THE FUTURE GENERATIONS.

GOLDEN NUM OLHAR

CHIEF EXECUTIVE'S STATEMENT

Qual o balanço que faz de 2021?

Que factos e acontecimentos destacaria como os mais marcantes e importantes?

Após mais um ano marcado por desafios nunca imaginados, falamos sobretudo da sua superação. Nunca se tinha respondido de forma tão coletiva e rápida a um desafio global. Foram administradas mais de 9 mil milhões de vacinas, em resposta à pandemia. O que é obra da ciência, mas também da interligação do mundo, e que marca os novos limites da tecnologia e inovação.

Com o regresso à normalidade as empresas tiveram de se reinventar. Em alguns sectores o trabalho assumiu um modelo híbrido e prático, como na Golden. Ao alinhar procedimentos com as melhores práticas pudemos dotar e fortalecer a nossa equipa com novas competências e métodos de trabalho. É o novo paradigma das sociedades evoluídas, sem perder de vista o bem e objetivos comuns.

Os novos conceitos energéticos e a mobilidade elétrica marcaram também a diferença. Um sinal claro para o grande objetivo de salvaguardar o futuro. Alinhada com o desafio do equilíbrio ecológico e da economia verde, a Golden passou a apresentar aos seus clientes soluções como as estratégias ESG, que tem sido recebida com muito agrado e aceitação.



Como foi o ano para a Golden?

Em 2021 orgulhamo-nos de dizer que a média ponderada de rentabilidade dos clientes foi de +5,7%, com todas as estratégias de gestão com resultados positivos. Ou seja, considerando todos os serviços que a Golden proporciona, desde o Advising à gestão discricionária, aos fundos de pensões e PPRs.

Foi um dos melhores anos dos últimos dez, com um impacto muito positivo no património dos nossos clientes, resultado das favoráveis condições do mercado, da nossa capacidade de gestão e expertise e do nosso alinhamento com as ambições e necessidades dos nossos clientes.

Superámos benchmarks e entregámos resultados que, acreditamos, fazem jus ao património de cada um deles. Mas tudo isto é uma viagem, não se limita a um ano.

25%

CRESCIMENTO
AUA'S

5,7%

RENTABILIDADE
MÉDIA PONDERADA



Observando as rentabilidades obtidas, pode dizer-se que o balanço é muito positivo?

Sem dúvida. Não apenas pelas rentabilidades obtidas como também pelo número de clientes que decidiram juntar-se ao ecossistema Golden. No segmento dos clientes particulares, por exemplo, o crescimento foi de 25% nos ativos sob acompanhamento. Atingimos um marco significativo e lançámos as bases para um crescimento similar nos próximos anos.

O que destacaria na estratégia de investimento definida?

A nossa estratégia de investimento assenta numa visão holística de gestão de património, adequada à totalidade do património de cada um dos nossos clientes e às necessidades de liquidez e longevidade dos mesmos. Ou seja, Wealth Management na sua mais pura expressão e essência.

Nos últimos sete anos, as rentabilidades líquidas acumuladas foram de 45% para o perfil agressivo, 29% para o perfil dinâmico, 18% para o perfil moderado e 4% para o perfil defensivo.

São estratégias diversificadas que investem em várias classes de ativos, e nem todas tiveram um ano fácil, nomeadamente, as obrigações. Apesar disso, conseguimos que cada classe contribuísse de uma forma positiva para o retorno acumulado do ano, no qual se destacaram as rentabilidades exuberantes das ações, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Uma nota para o mercado chinês, marcado por postura bastante hostil das autoridades em relação aos mercados, tanto no domínio regulamentar como em termos de supressão de estímulos, o que acabou por ditar um ano francamente negativo, em contraciclo com o resto do mundo.

A Golden tem desenvolvido uma oferta cada vez mais diferenciada na gestão de património. Como se materializa essa abordagem e quais os resultados?

Em 2021, um dos nossos objetivos foi encontrar soluções com menor risco de volatilidade face às condições dos mercados financeiros. Nesse sentido, procurámos e apresentámos, aos nossos clientes de maior valor patrimonial, soluções de mercados privados, nomeadamente em private equity, venture capital ou real estate. Os investimentos em fundos de private equity registam um crescimento importante a considerar. É um setor em expansão, e já apresenta crescimentos na ordem dos 10% nos últimos anos e com ativos sob gestão no valor de 5,6 mil milhões €, que tem vindo a assumir uma relevância assinalável em Portugal, mas ainda com margem significativa para crescer e acompanhar a evolução de países como os Estados Unidos ou alguns países mais desenvolvidos da Europa.

Temos dedicado muita atenção a esta oportunidade com vista a ajudar os nossos clientes a terem as melhores opções disponíveis, muitos já com exposição a esta classe de ativos, estando a capitalizar a excelente performance da mesma, beneficiando da exposição a operações e empresas de elevada qualidade e potencial.

Em resumo, dados os resultados, qual o sentimento sobre 2021?

A nossa visão para a gestão do património é de longo prazo. Os resultados obtidos pelos nossos clientes deixam-nos satisfeitos. Atentos às oscilações do mercado e aos eventos que mais o influenciam, conseguimos uma viagem que, apesar dos normais momentos de turbulência, foi consistente e, acima de tudo, na direção adequada.

Estamos orgulhosos do nosso trabalho, convictos de que aquilo que os nossos clientes precisam é de um parceiro que respeita o seu património e assumo que, perante cada um deles, tem uma responsabilidade acrescida. Esta responsabilidade é ainda maior, por sentirmos que cada vez mais clientes em Portugal e no Mundo, privilegiam a relação com Wealth Managers independentes, face à relação tradicional com os bancos.

Não tenho dúvida de que a Golden é a empresa mais bem posicionada e que tem o melhor ecossistema em Portugal para responder a esse desafio a todos os níveis, mas sobretudo, na dimensão que mais faz a diferença: as pessoas. Por isso não queria deixar de dirigir uma palavra à equipa, que continua, ano após ano, a criar significativo valor independentemente das condições de mercado.

As nossas pessoas são o fator de sucesso mais importante. Trata-se de uma excecional equipa que nos proporciona um futuro risonho e define bem a nossa cultura. Sem as suas capacidades, compromisso e integridade nada disto seria possível.

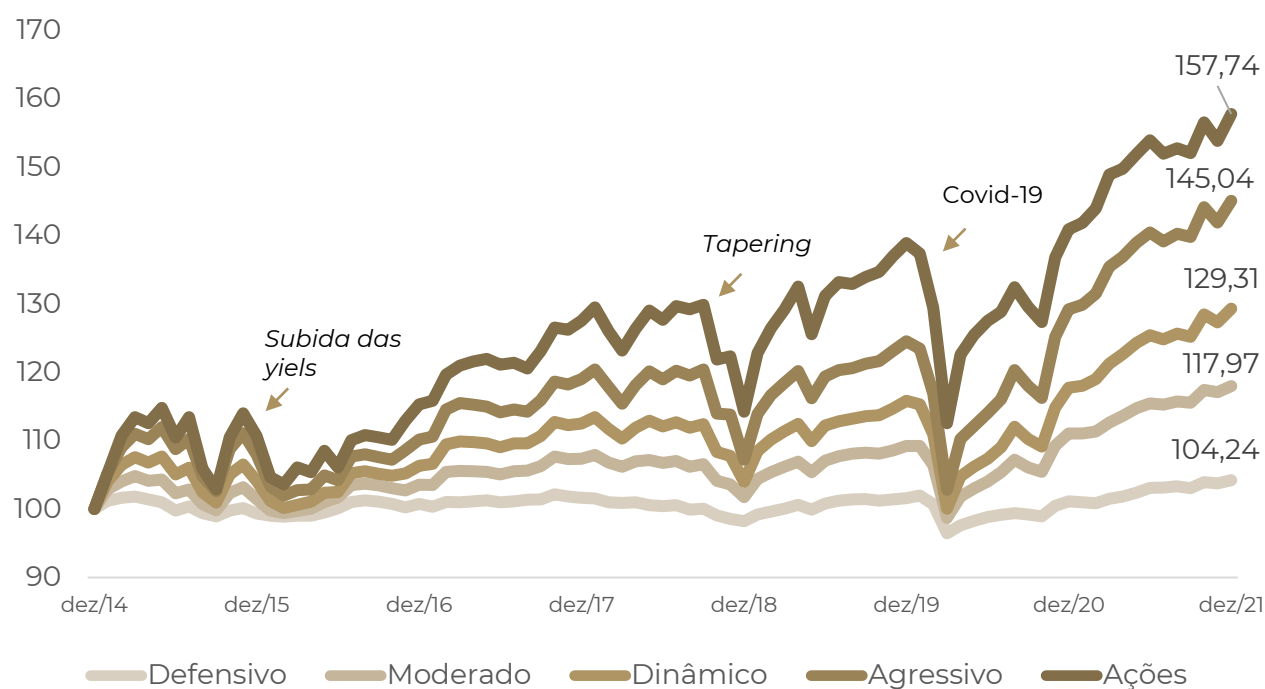
Estou certo de que vão continuar a gerir o património de cada cliente com respeito, resiliência e transparência, de forma a que todos juntos possamos cumprir o nosso propósito: chegar mais longe, todos os dias.



CONSEGUIMOS UMA VIAGEM QUE, APESAR DOS NORMAIS MOMENTOS DE TURBULÊNCIA, FOI CONSISTENTE E, ACIMA DE TUDO, SUPEROU AS MELHORES EXPECTATIVAS.

GOLDEN NUM OLHAR

A NOSSA PERFORMANCE



RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADA DOS PERFIS

18%

PERFIL MODERADO

29%

PERFIL DINÂMICO

45%

PERFIL AGRESSIVO

Com o gráfico acima, queremos demonstrar a performance obtida, em cada um dos perfis de investimento Golden, durante o período correspondente a janeiro de 2015 e dezembro de 2021.

Se um cliente tivesse investido 100€ em janeiro de 2015, teria, em dezembro de 2021:

- 104€ no perfil Defensivo
- 117€ no perfil Moderado
- 129€ no perfil Dinâmico
- 145€ no perfil Agressivo
- 157€ no perfil Ações

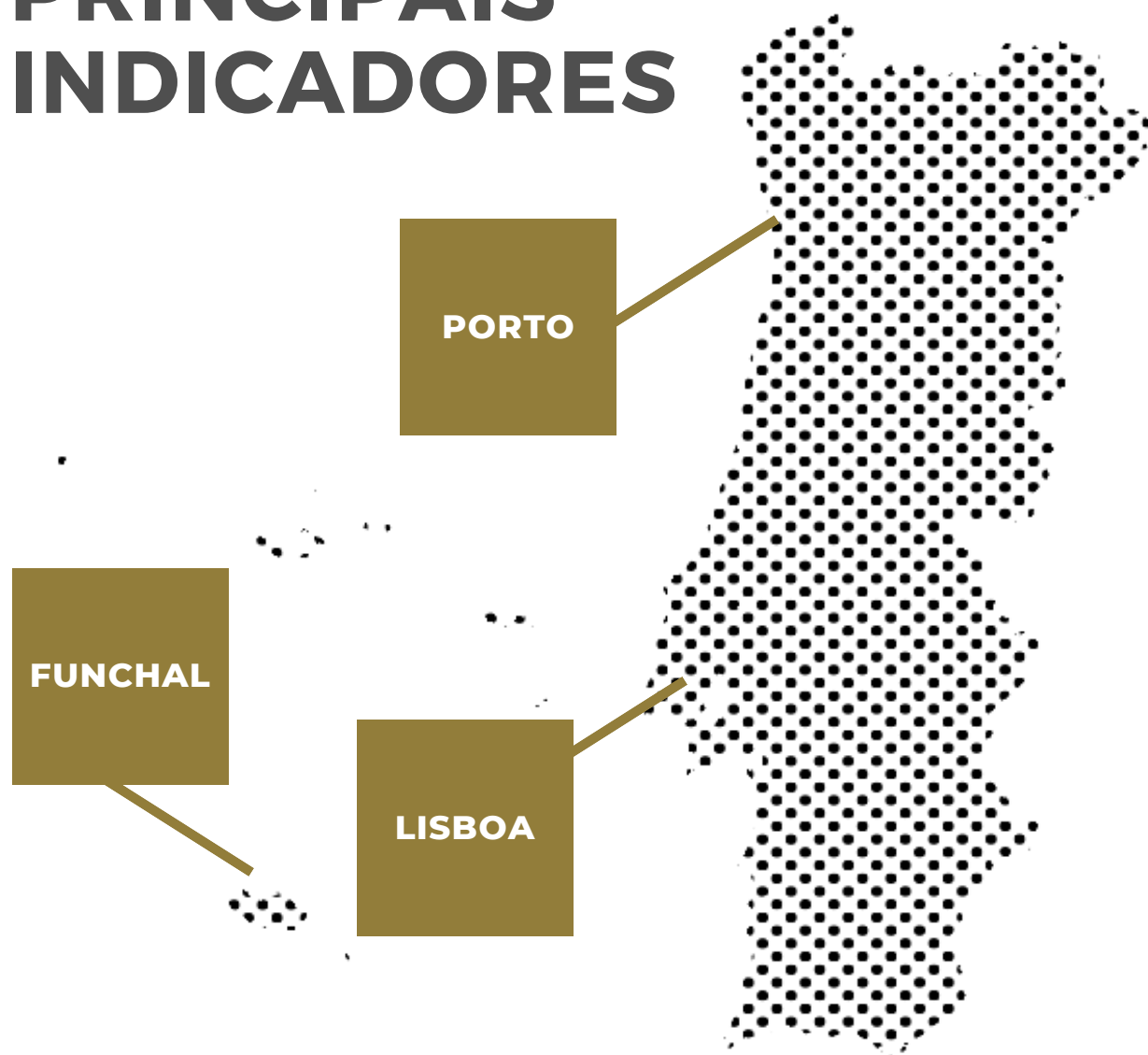
Permite igualmente avaliar os níveis de volatilidade associados a cada perfil e onde a “viagem” dos movimentos reflete as oscilações de mercado e principais eventos ocorridos nos últimos anos.

A viagem pode ser atribulada, mas os resultados para quem é resiliente e entende que as oscilações fazem parte do investimento, conseguindo manter o foco e uma visão de longo prazo, compensa.

Terminámos o ano com máximos históricos de rentabilidade. 10

GOLDEN NUM OLHAR

PRINCIPAIS INDICADORES



3 ESCRITÓRIOS EM PORTUGAL

Esta geografia surge como consequência da necessidade da Golden Wealth Management estar mais perto dos seus clientes, permitindo a consolidação das competências e vantagens disponíveis em Portugal. Traduz ainda a capacidade da empresa de se adaptar às aos seus clientes e parceiros bem como a agilidade de estabelecer equipas onde e quando são precisas.

ECOSSISTEMA GOLDEN

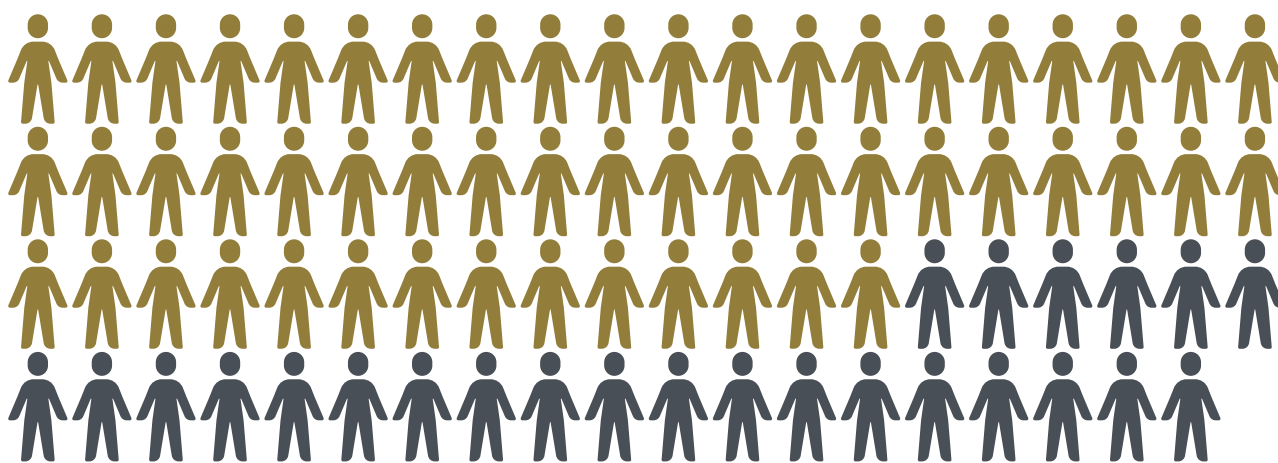
Na Golden Wealth Management, para além de pessoas experientes e especialistas, contamos com parceiros que compreendem que nenhum património financeiro se constrói de um dia para o outro. Por isso, de forma independente e rigorosa, dedicamo-nos a pensar o presente e o futuro dos seus ativos financeiros com vista à criação de valor para todos eles.

+34

Asset Managers

+7

Instituições Financeiras
Nacionais e
Internacionais



79
COLABORADORES

70%
COM ANTIGUIDADE >5 ANOS

1.1 B€

ATIVOS SOB ACOMPANHAMENTO

OS NOSSOS SERVIÇOS AJUDAM
OS NOSSOS CLIENTES A INVESTIR
COM MAIS CONHECIMENTO E
INFORMAÇÃO, POR ISSO
ACOMPANHAMOS MAIS DE 1B EM
ATIVOS.

Nº.1

RANKING DA CMVM DAS SOCIEDADES INDEPENDENTES

E em 10º lugar no contexto total
de todas as sociedades gestoras
de património em Portugal

EN VOLVENTE ECONÓMICA



ENVOLVENTE ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL

A rapidez e sincronia da recuperação do consumo global e a expansão mais lenta da oferta culminaram no disparo dos preços de muito bens e serviços.

Sérgio Silva

Chief Investment Officer

Após um ano de 2020 caracterizado por um contexto económico extremamente negativo (o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial), o ano de 2021 arrancou de forma mais promissora com o acelerar dos processos de vacinação em massa das populações contra a COVID 19 (ao longo do ano seriam administradas mais de 9 mil milhões de vacinas em todo o mundo). A crescente confiança na superação da pandemia e numa subsequente normalização das atividades e recuperação económica global permitiram que as bolsas superassem múltiplos percalços: o aparecimento de novas variantes da epidemia (que obrigaram a atrasos / recuos nos processos de desconfinamento), o bloqueio da circulação de navios pelo canal do Suez, o colapso do mercado imobiliário na China (com destaque para a falência da Evergrande), as consequências geopolíticas da saída atribulada dos EUA do Afeganistão, entre outros. Assim, qualquer uma destas situações apenas provocou pequenas correções temporárias nos principais índices bolsistas, permitindo ao S&P 500,



Nasdaq, DAX, CAC e Stoxx600 renovarem consistentemente e sucessivamente máximos ao longo do ano!

Relativamente à Covid-19, o aparecimento e a disseminação de novas variantes do vírus foi efetivamente importante, pois acabou por condicionar o ritmo da recuperação económica, em especial, no último trimestre do ano, com as variantes Delta e Ómicron. E, assim, essencialmente no hemisfério norte, as autoridades viram-se forçadas a implementar novas medidas de confinamento.

Estes constrangimentos na atividade económica global refletiram-se nas cadeias de fornecimento de várias matérias-primas. Contudo, o levantamento gradual das medidas de contenção nas várias geografias, contribuíram para o aumento de confiança de investidores e consumidores.



Nos EUA, o início do ano trouxe um novo inquilino na Casa Branca, e com ele, a promessa de um regresso “normalidade”. Contudo, a chegada de Joe Biden foi acompanhada de um marco histórico na democracia norte-americana. No dia 6 de janeiro, milhares de pessoas invadiram o Capitólio dos EUA e entraram em confronto com a Polícia do Capitólio. O edifício foi evacuado pela polícia e as imagens dos manifestantes correram o mundo. As cenas de violência chocaram o país e o mundo. Cinco pessoas morreram e este ataque foi considerado uma tentativa de golpe de estado, incentivada pelo presidente incumbente, Donald Trump. Neste contexto de grande contestação, a 20 de janeiro Joe Biden e Kamala Harris tomaram posse como 46º Presidente e 49ª Vice-presidente dos Estados Unidos, respetivamente. No seu discurso de tomada de posse, Biden prometeu unir os americanos e revitalizar a democracia americana. E, sem grandes demoras, logo no primeiro dia, assinou uma série de ordens executivas para reverter medidas tomadas durante o governo de seu antecessor. No total Biden assinou no seu primeiro dia na Casa Branca 17 ordens executivas, com destaque para o regresso dos EUA ao Acordo Climático de Paris e suspensão da saída da Organização Mundial de Saúde.

Destaque também para o facto de Biden ter assinado, já no final do ano, o projeto que permite a entrada em vigor do plano de investimento em infraestrutura, no valor de 1,2 biliões de dólares, que pretende modernizar e dar resiliência ao país. A lei contempla USD 550 mil milhões em novos investimentos em infraestruturas nos próximos 5 anos. Neste contexto e com o ritmo de vacinação no bom caminho, a economia norte-americana mostrou (mais uma vez) um grande dinamismo e resiliência e as últimas estimativas apontam para um crescimento médio de cerca de 5.6% em 2021. Também o mercado laboral terminou o ano em força, com a taxa de desemprego a atingir um mínimo histórico de 3.9%! Pela negativa, destaque para a evolução ascendente dos preços que começaram a acelerar de forma forte particularmente nos últimos meses do ano obrigando a Reserva Federal a mudar a sua retórica já em antevisão para 2022!

Na Europa, depois de um ano de 2020 de forte contração, as previsões mais recentes da OCDE apontam para que, em 2021, as economias da zona euro tenham registado um crescimento médio de 5.2%.

O ano não iniciou da melhor forma, com uma nova grande vaga da pandemia e com a reintrodução de medidas restritivas para a conter, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, o que teve um importante impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços (particularmente do turismo). Isto afetou desproporcionalmente as economias europeias cujas economias estão mais dependentes deste setor. Em reação, as autoridades europeias decidiram avançar com um conjunto de iniciativas (políticas orçamentais públicas financiadas ao nível da União Europeia) de apoio à atividade económica. Destaque para o Next Generation EU, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise promovido pela Comissão Europeia, com o objetivo de assegurar “o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital”. Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Este plano está assente em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital. Assim, num mecanismo financiado por emissões obrigacionistas da união europeia no seu conjunto, todos os Estados-Membros receberam um “cheque” para responder à crise sanitária, económica e social criada pela pandemia, passando a ser este o mecanismo europeu de resposta para futuros desafios comuns. A União conseguia assim multiplicar os meios necessários para fazer frente à pandemia e distribuí-los conforme as necessidades e não conforme as possibilidades de cada Estado membro, recorrendo à capacidade de Bruxelas em se financiar diretamente nos mercados em condições muito mais favoráveis do que alguns Estados membros conseguiriam sozinhos. Mas ajudas não se ficaram por aqui. Evidência desta afirmação foi o anúncio da União Europeia do programa “Global Gateway” que tem como objetivo fomentar ligações “mais inteligentes, limpas e seguras no digital, energia, transportes, no reforço da saúde, educação e em sistemas de investigação em todo o mundo” através do investimento de cerca EUR 300 mil milhões de euros.



Estas ajudas orçamentais às economias alimentaram a evolução positiva dos principais indicadores de atividade e sentimento económico, que iam mostrando um crescimento robusto, sustentado por lucros e margens das empresas saudáveis. Contudo nem tudo foram boas notícias e também na Europa a inflação se tornou um problema e mais persistente. Se durante vários anos se temeu uma “japonização” da economia europeia com a deflação a ser o principal foco de preocupações, 2021 reverteu violentamente esta perceção e a inflação fechou o ano nos 5% na Zona Euro e 5.3% na União Europeia! Alguns países da União Europeia terminaram o ano com taxas de inflação acima de 10%, como foi o caso da Estónia (12%) e da Lituânia (10.7%). No outro extremo tivemos Malta com 2.6% e Portugal 2.8%.

Outras dinâmicas políticas de relevo no velho continente, foi a saída de Angela Merkel, chanceler da Alemanha, deixando o cargo ao fim de 16 anos de governo. Foi substituída pelo líder do Partido Social Democrata (SPD), Olaf Scholz. Com a saída desta chanceler histórica, tivemos também o regresso de um político de boas memórias para a Zona Euro: Mario Draghi. Super Mario assegurou uma ampla maioria e tornou-se primeiro-ministro de Itália.

ENVOLVENTE ECONÓMICA

BANCOS CENTRAIS

Em 2020, o contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias ultraexpansionistas, levando a cabo planos de compras de títulos (programas de “quantitative easing”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi por isso decisiva na mitigação da crise mas, impulsionados pela recuperação económica e pelas perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se refletiram na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, os preços (a inflação) começaram a ser uma crescente preocupação. Os números da inflação foram escalando ao longo do ano. A rapidez e sincronia da recuperação do consumo global – mais orientada para bens em detrimento dos serviços, com impacto sobre a procura de matérias-primas e outros bens intermédios – e a expansão mais lenta da oferta culminaram no disparo dos preços de muito bens e serviços.

A inflação nos EUA terminou o ano num máximo de cerca de 4.7%, valor claramente acima do target definido pelo mandato da Reserva Federal Norte-Americana (2%).

Assim, se inicialmente, a autoridade monetária americana apelidava este fenómeno dos preços como “transitório”, a intensificação do movimento de subida dos preços forçou o anúncio pela FED, na reunião de novembro, do cronograma para o fim das compras de ativos, o chamado “tapering” abrindo portas para que a partir de março 2022 possamos ter a primeira subida de taxas de juro nos EUA deste ciclo.

E outras subidas deverão seguir-se ao longo do ano, com os mercados a descontar entre 125 a 150 pontos base de subidas nos 4 trimestres subsequentes. Powell alertou que, embora a FED continue a esperar que a inflação caia “significativamente” no próximo ano, “parece que os fatores que impulsionam a inflação continuarão no ano que vem”.

Os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu a alterar a sua retórica, e apesar de ter deixado as taxas inalteradas, o BCE também seguiu os primeiros passos da FED e começou a reduzir o montante dos seus programas de quantitative easing, e prometeu trazer novidades para 2022. De destacar ainda a alteração dos guidelines para a estratégia de política monetária adotada pelo BCE. O mandato primordial do BCE continua a ter como única premissa a manutenção da estabilidade de preços, mas a nova estratégia do BCE adota um objetivo simétrico de 2% para a inflação a médio prazo abandonando o objetivo de uma inflação “próxima mas abaixo de 2%”. A crescente preocupação com questões sociais, corporativas e ambientais relativas ao impacto das empresas na sociedade e, por isso, também o Conselho do BCE aprovou um plano de ação ambicioso em matéria de alterações climáticas e regulação de forma a reforçar a preferência dos investidores para alocar os seus investimentos em empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, sustentáveis, para além de rentáveis. Uma evidência desta preocupação foi a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), cimeira dos dirigentes mundiais, Glasgow, Reino Unido, 1 de novembro de 2021 que gerou grande cobertura mediática.



Os resultados ficaram aquém das medidas mais ambiciosas exigida por muitos ativistas. Contudo, foram realizados progressos significativos entre as principais iniciativas contam-se o aumento dos fundos destinados a ajudar os países em desenvolvimento a combater as alterações climáticas, o lançamento do Compromisso Mundial sobre o Metano e ainda a finalização das regras sobre os aspetos operacionais do Acordo de Paris (Regras de Katowice).

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Estimate	Projections	
	2021	2022	2023
World Output	5,9	4,4	3,8
Advanced Economies	5,0	3,9	2,6
United States	5,6	4,0	2,6
Euro Area	5,2	3,9	2,5
Germany	2,7	3,8	2,5
France	6,7	3,5	1,8
Italy	6,2	3,8	2,2
Spain	4,9	5,8	3,8
Japan	1,6	3,3	1,8
United Kingdom	7,2	4,7	2,3
Canada	4,7	4,1	2,8
Other Advanced Economies 3/	4,7	3,6	2,9
Emerging Market and Developing Economies	6,5	4,8	4,7
Emerging and Developing Asia	7,2	5,9	5,8
China	8,1	4,8	5,2
India 4/	9,0	9,0	7,1
ASEAN-5 5/	3,1	5,6	6,0
Emerging and Developing Europe	6,5	3,5	2,9
Russia	4,5	2,8	2,1
Latin America and the Caribbean	6,8	2,4	2,6
Brazil	4,7	0,3	1,6
Mexico	5,3	2,8	2,7
Middle East and Central Asia	4,2	4,3	3,6
Saudi Arabia	2,9	4,8	2,8
Sub-Saharan Africa	4,0	3,7	4,0
Nigeria	3,0	2,7	2,7
South Africa	4,6	1,9	1,4
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	6,8	4,8	4,6
Low-Income Developing Countries	3,1	5,3	5,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2022

ENVOLVENTE ECONÓMICA

PORTUGAL

O ano de 2021 foi também preenchido em Portugal pois para além de todo o enquadramento europeu já descrito, o ano foi animado ao nível de política interna. O ano começou e terminou em campanha, contudo, para eleições diferentes. Em janeiro tivemos as já previstas eleições presidenciais. O resultado foi o já amplamente esperado, com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa eleito para o segundo mandato, tendo inclusive alcançado mais votos que há cinco anos. Já em outubro, tivemos em Portugal o primeiro chumbo de Orçamento de Estado em democracia. A proposta de Orçamento do Estado para 2022 foi chumbada, com os votos contra do PSD, CDS-PP, Chega, Iniciativa Liberal, mas também do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. O documento foi inviabilizado com 117 votos contra, 108 a favor e 5 abstenções. As consequências deste resultado já tinham sido anunciadas pelo Presidente da República, que dissolveu a Assembleia da República e convocando eleições para o início de 2022.

À semelhança do que ocorreu noutros países da OCDE, a pandemia desencadeou uma recessão profunda em Portugal e colocou o sistema de saúde sob grande pressão. A recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico. O ano de 2021 foi por isso, sem surpresa, um ano de recuperação e de crescimento forte, uma vez que a base muito baixa. A resposta política também ajudou a amortecer o choque e, graças também ao progresso da vacinação, a recuperação está a ganhar dinamismo. Apesar de um início de ano catastrófico para o Sistema Nacional de Saúde, altamente sobrecarregado, Portugal tornou-se mesmo um exemplo, liderando o processo de vacinação a nível mundial. Portugal ultrapassou rapidamente a meta de vacinação da OMS e foi um dos primeiros países a atingir mais de 75% da população vacinada com as duas doses. Isto acabou por permitir um alívio das medidas de restritivas e contribuiu para a recuperação económica relativamente célere. A este fator acresce também os vários mil milhões da "bazuca" europeia que alimentaram as expectativas e confiança de consumidores e investidores, já que uma aplicação rápida e eficaz do Plano de Recuperação e Resiliência ajudará a enfrentar os grandes desafios da economia portuguesa, assegurando uma recuperação duradoura. Reflexo desta premissa, é o valor provisório para a taxa de crescimento do PIB português que será de cerca de 4.9%. A taxa de desemprego terminou o ano nos 6.6%, também um mínimo.

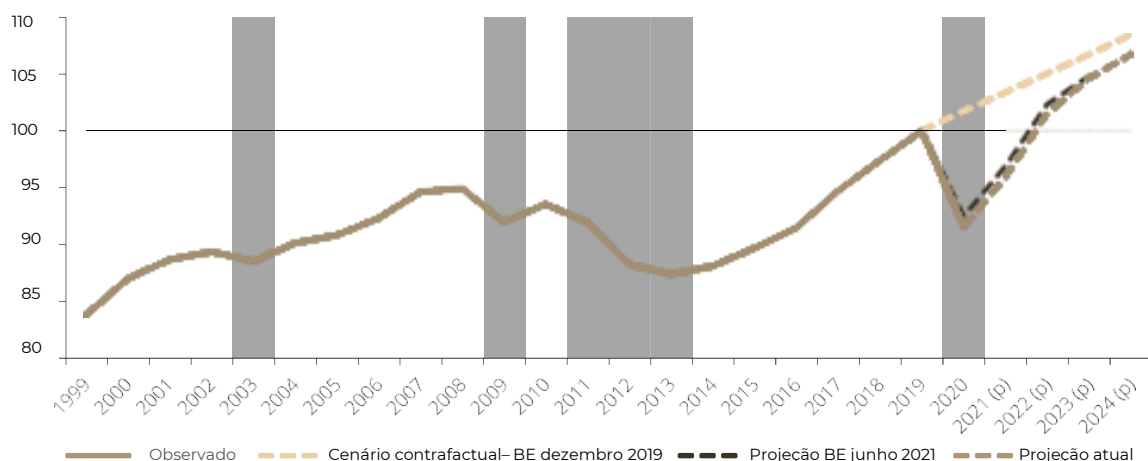
PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2021-24

	Pesos 2020	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2021		BE JUNHO 2021			
		2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5,0	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos)		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas)		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-0,1	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fonte: Banco de Portugal (2021), Boletim Económico Dezembro 2021

PIB OBSERVADO E PROJEÇÃO ATUAL

Comparação com o cenário contrafactual e com a projeção do BE junho 2021 | Índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE (2021)

Notas: O cenário contrafactual corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019 até 2022. Os valores de 2023-24 foram obtidos assumindo a tendência de crescimento dos anos anteriores. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

CLASSE DE ATIVOS

CLASSE	SUB-CLASSES	2021
Obrigações	Euro Treasury €	-3,38%
	Euro Corporate €	-1,07%
	Euro HY €	3,02%
	EM Local €	-0,91%
Ações	MSCI World € hedged	23,42%
	MSCI EM €	4,58%
	S&P 500 € hedged	28,07%
	EuroStoxx 600 €	25,66%
	Nikkei 225 € hedged	11,53%
Commodities	Commodities €	50,47%
Alternativos	Hedge Funds €	2,65%
Usd/eur	USD/ EUR€	7,42%

GOVERNANCE



GOVERNANCE

COMO CORREU 2021



Os efeitos dos novos métodos de trabalho provocados pela Covid 19 continuaram-se a verificar em 2021, mas sem causar impactos na qualidade e rigor do serviço prestado.

JOÃO CORREIA DE MATOS
CHIEF LEGAL OFFICER

O ano de 2021 foi essencialmente marcado pela continuidade dos efeitos do distanciamento social e da organização do trabalho em sistema híbrido, em que uma parte apreciável do período de atividade é desempenhado em ambiente remoto. As práticas iniciadas no ano anterior continuaram a ser aplicadas, em especial o aumento de utilização dos meios digitais. Ainda assim, esta é uma área em que haveremos de assistir a mais desenvolvimentos.

A empresa continuou o seu esforço em cumprir com o enquadramento normativo em vigor, dedicando especial atenção ao contacto e acompanhamento dos clientes. Já na parte final de 2021 foi publicado o Decreto-Lei nº 109-H/2021, de 10 de dezembro, que criou o novo Regime das Empresas de Investimento (REI). O REI adapta para a legislação nacional várias normas comunitárias, passando a constituir o principal diploma que se aplica à GWM.

Uma das maiores novidades é que a entrada em vigor do REI a partir de 01 de fevereiro de 2022 implica que, a nível de supervisão, as empresas de investimento passem a estar sujeitas, em princípio, a um único regulador, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sendo que até então a supervisão era dupla juntamente com o Banco de Portugal. No que concerne a segurança e rigor da supervisão esta irá seguramente continuar com a CMVM, esperando-se que venha a ser ainda mais eficaz atendendo ao maior conhecimento do mercado de capitais e dos seus agentes, nomeadamente das empresas de investimento, por parte da CMVM.

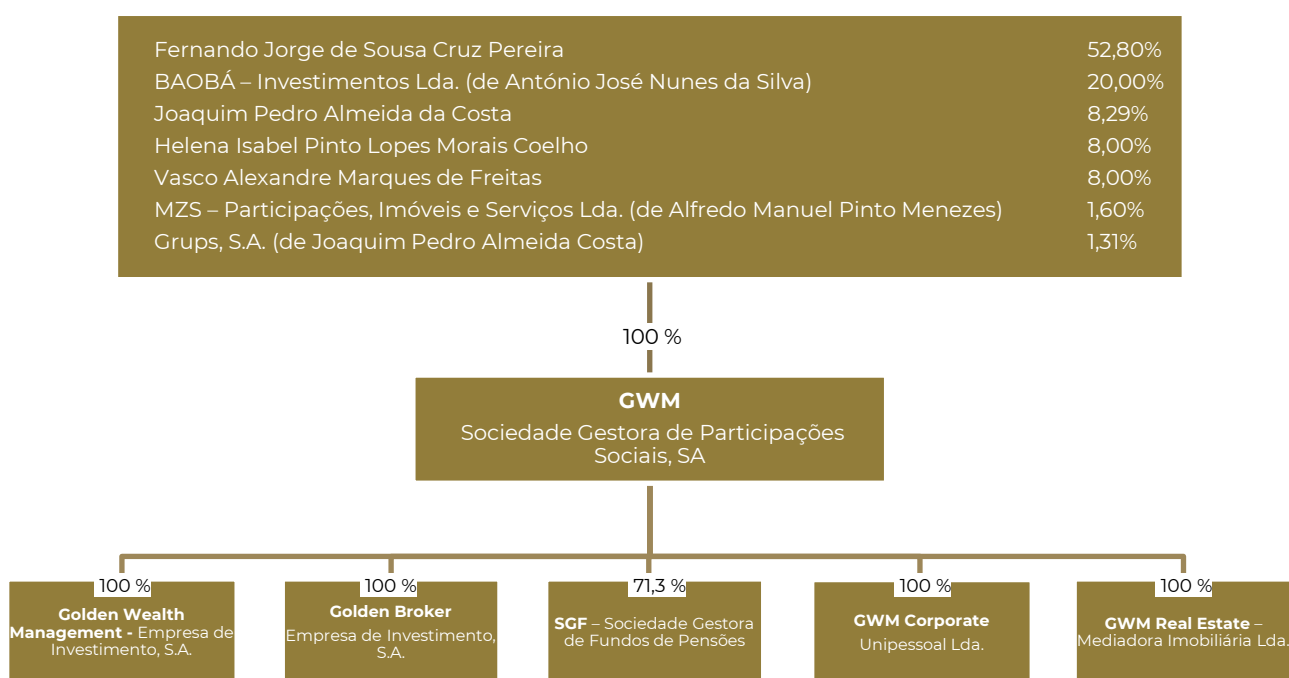
1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas principais: Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“GWM”), Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Broker”), Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Wealth Management”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”).

Além disso, existem 2 empresas que complementam o leque de serviços disponíveis, que são a Golden Wealth Management Corporate, Unipessoal Lda. e a Golden Wealth Management Real Estate, Mediadora Imobiliárias, Unipessoal, Lda.

Depois de obtida a devida autorização das entidades supervisoras, em final de 2021 procedeu-se a uma reorganização e aumento de capital, em que a holding (GWM) passou a deter 100% da Golden Wealth Management (anteriormente detinha 5%), assim passando a deter a totalidade do capital social de 4 empresas (Golden Wealth Management, Golden Broker, GWM Real Estate e GWM Corporate) e 71,30% do capital social da SGF. Esta reorganização foi acompanhada de um aumento do capital social da GWM para 1.258.750 euros e da Golden Wealth Management para 625.000 euros, mantendo-se o capital social da Golden Broker em 350.000 euros.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



A GWM funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Wealth Management, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da GWM, Golden Wealth Management e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

A GWM, Golden Wealth Management e Golden Borker têm o seu capital social integralmente subscrito e realizado, representado ações nominativas tituladas ou escriturais cada uma com o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Wealth Management, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e GWM, a cada mil euros é atribuído um voto.



Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável até final de 2021 a Golden Wealth Management e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A GWM está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Wealth Management e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES/COMITÉS

A GWM, a Golden Wealth Management e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da GWM, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 4 anos e simultâneo.

2.1. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Wealth Management está estatutariamente previsto que a dissolução da



sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na GWM não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dra. Mariana da Silva Esteves).

2.2. Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Wealth Management e da GWM, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das



Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no Código dos Valores Mobiliários que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo Código dos Valores Mobiliários, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

ANTÓNIO NUNES DA SILVA

Presidente do Conselho de Administração

Desde 2016

Presidente do Conselho de Administração das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-EI, S.A. e Golden Broker-EI, S.A.

Desde 2019

Presidente do Conselho de Administração da SGF, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

2017-2019 – SGF, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.
Administrador não executivo

2004-2013 – Barclays Bank

- 2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
- 2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal
- 2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português

- Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor

- 1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional
- 1991-1995 Diretor de Agência

SÉRGIO SILVA

Administrador

Desde 2000

Chief Investment Officer da Golden Wealth Management – Empresa de Investimento S.A.

Desde 2013

Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management - EI, S.A. e Golden Broker - EI, S.A.

Desde 2007 - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Professor Auxiliar Convidado na disciplina de “Fixed Income Products and Markets” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006 - Bolseiro FCT

2000-2006 - Universidade Portucalense – Infante D. Henrique

Professor Auxiliar Convidado (Departamento de Economia), nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006 - Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG)

Professor Adjunto convidado, na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

JOÃO CORREIA DE MATOS

Administrador

Desde 2013

Chief Legal Officer e Administrador das empresas GWM, SGPS, S.A., Golden Wealth Management-EI, S.A. e Golden Broker - EI, S.A.

2012-2013 - PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

Administrador no Conselho de Administração

2005-2013 - InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

Administrador no Conselho de Administração

2003-2005 - Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

Vogal da Direção

1998-2002 - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas

Centralizados de Valores Mobiliários, S.A

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa

2000-2002 - European Central Securities Depositories Association

Auditor e depois Vice-Presidente

1995-1998 - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Vogal do Conselho Diretivo

1988-1995 - Bolsa de Valores do Porto (BVP)

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações

2.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, cujos membros só podem iniciar a sua função depois de aprovados pelo regulador, tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

PEDRO PIMENTEL

Presidente do Conselho Fiscal

Desde 2003 -AESE

Membro da Direção e CFO, responsável pelas atividades no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management – Angola)

2015-2019 - BCG

Administrador Independente; Presidente da Comissão de Risco.

2013-2016 - Caixa Geral de Depósitos, SA

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração; Membro da Comissão de Risco.

1997-2002 - PRIME – Consultores de Empresas

Diretor Geral



Cargos Académicos:

- Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)
- Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD.
- Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)
- Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

1997 - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
Doutoramento em Economia

1987 - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Mestrado em Engenharia Estrutural

1983 - Escola Técnica Superior de Engenheiros Aeronáuticos da Universidade Politécnica de Madrid
Licenciatura em Engenharia Aeronáutica

ANDRÉ MIRANDA

Vogal do Conselho Fiscal

Desde 2018 - Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados – Sociedade de Advogados SPRL
Sócio fundador e administrador.

2013-2018

Fundador da André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador

2011-2013

Advocacia em prática individual.

2010-2011 - Ministério da Justiça

Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

2005-2010 - Ministério dos Assuntos Parlamentares

Chefe do Gabinete do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Desde 2005 – Ordem dos Advogados

2003-2008 - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
Licenciatura e Mestrado em Direito

Outros cargos

- É membro da International Bar Association (IBA).
- É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

MARIA DO CÉU GODINHO

Vogal do Conselho Fiscal

Desde 2010 – Mc Godinho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Partner

2007-2010 – Auren Auditores Associados, SROC, S.A.
Manager

2004-2007 – PKF, SROC, Lda
Senior

1999-2003 – Alenconta, Lda
Contabilista Certificado

Licenciatura em Auditoria (IPA), Contabilidade e Administração Financeira (ISCAL)
Pós Graduação em Fiscalidade Avançada (Faculdade de Direito de Lisboa)
Pós Graduação em Corporate Finance (Faculdade de Direito de Lisboa)
Pós-Graduação Contencioso Administrativo e Fiscal (Faculdade de Direito de Lisboa)

PAULO MAGALHÃES E SILVA

Suplente do Conselho Fiscal

Desde 2002 - Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados
Advogado da sociedade de advogados desde a constituição em 2002, de que foi
fundador e é sócio administrador.

Desde 1990 - Ordem dos Advogados

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense
Infante D. Henrique

2.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda.,
representada por João Alexandre Gomes Veiga, tendo como suplente José Carlos
Nogueira Faria e Matos.

2.5. Comissões / Comités

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia
Geral ou pelo Conselho de Administração.

a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker, a Comissão de Seleção,
Avaliação e Remunerações (“CSAR”), o qual faz parte do documento “Política Interna
de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de
Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas
respetivas Assembleias Gerais em março de 2016.



Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Conselho Fiscal, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.

A CSAR tem as seguintes competências:

- a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
- d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

b. Comité de Investimentos

Na Golden Wealth Management e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2021, o acompanhamento dos mercados em resultado da pandemia originou um acréscimo substancial da atividade do Comité de Investimentos, tendo este realizado 103 reuniões.

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

- a) Analisar e discutir os dados macroeconómicos;
- b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;
- d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
- e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

3. COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAL E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro.

Neste âmbito, a Golden Wealth Management e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

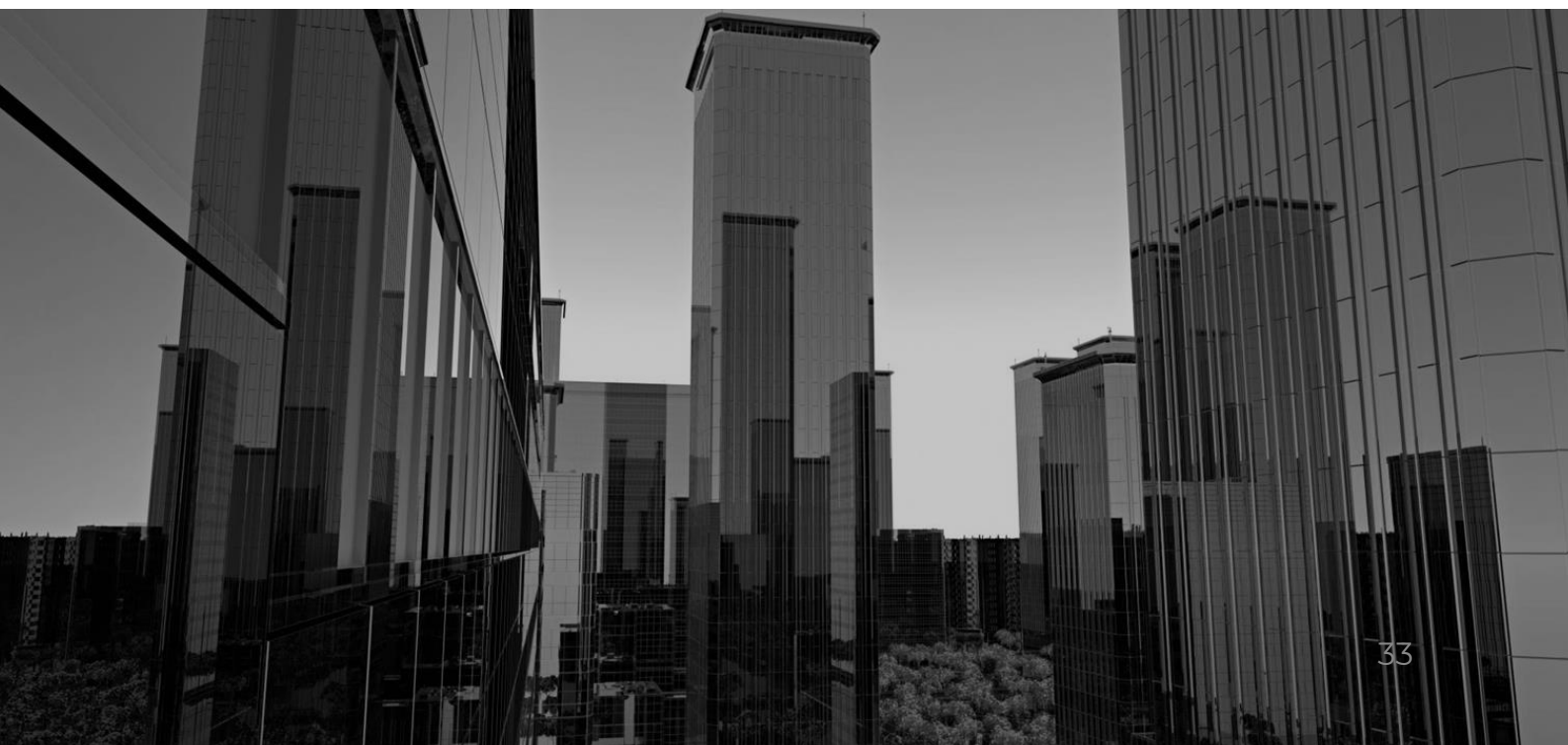
ATIVIDADE



ATIVIDADE

A Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida já que termina o ano de 2021 com um rácio de fundos próprios totais de 36,72%, muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2021 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 208.232 Euros, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 955.847 Euros, o que implica um excesso de fundos próprios de 747.615 Euros.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

GOVERNANCE

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a aplicação do resultado líquido de 146.534 Euros da seguinte forma: 14.653 Euros para Reserva Legal e 131.881 Euros para distribuição de dividendos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo apoio e diligência demonstrados,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN BROKER- EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.

BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano		Valor líquido 3=1-2	Ano anterior (31-12-2020)		Notas	Ano	Ano anterior (31-12-2020)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2						
Ativo						Passivo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	393	-	393	329	Passivos por impostos correntes	6	15 377	2 729
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	23 129 492	-	23 129 492	19 455 575	Outros passivos	7	24 600 677	19 975 753
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	106 925	-	106 925	26 438	Total de Passivo		24 616 054	19 978 482
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-	Capital			
Outros ativos tangíveis	5	534 816	532 469	2 347	4 037	Capital	8	350 000	350 000
Ativos intangíveis	5	114 526	104 306	10 220	-	Outros instrumentos de capital	9	50 000	50 000
Outros ativos	7	2 332 850	-	2 332 850	1 311 744	Outras reservas e resultados transitados	10	419 639	521 236
						Resultado do exercício	10	146 534	(101 597)
Total de Ativo		26 219 002	636 775	25 582 227	20 798 121	Total de Capital		966 173	1 019 639
						Total de Passivo + Capital		25 582 227	20 798 121
Rubricas Extrapatrimoniais							Ano	Ano anterior	
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.							23	64 947	38 827
Depósito e guarda de valores							23	121 224 162	111 423 169
Valores administrados pela Instituição							23	5 059 927	3 083 806

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31
 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	11	1 687	7 557
Juros e encargos similares	11	(24 449)	(14 415)
Margem financeira		(22 762)	(6 858)
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	12	1 466 980	1 139 062
Encargos com serviços e comissões	13	(520 506)	(343 984)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(2 120)	(466)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial	14	(779)	(1 518)
Resultados de alienação de outros ativos		-	-
Outros resultados de exploração	15	80 825	113 201
Produto bancário		1 001 638	899 437
Custos com o pessoal	16,17	(553 155)	(589 475)
Gastos gerais e administrativos	18	(279 773)	(394 869)
Amortizações do exercício	5	(6 799)	(13 961)
Resultado antes de impostos		161 911	(98 868)
Impostos			
Correntes	6	(15 377)	(2 729)
Resultado após impostos		146 534	(101 597)
Resultado por ação	20		
Básico		2,09	(1,45)
Diluído		2,09	(1,45)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2021	Ano anterior (31-12-2020)
Resultado líquido do exercício		146 534	(101 597)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Rendimento integral do exercício		146 534	(101 597)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2020		350 000	50 000	320 538	400 698	1 121 236
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2019:						
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	200 698	(200 698)	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	(101 597)	(101 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		350 000	50 000	521 236	98 403	1 019 639
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2019		-	-	-	(200 000)	(200 000)
Aplicação do resultado do exercício de 2020:						
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	(101 597)	101 597	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021		-	-	-	146 534	146 534
Saldo em 31 de dezembro de 2021		350 000	50 000	419 639	146 534	966 173

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2021	Ano anterior (31-12-2020)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1 317 840	1 170 791
Juros, comissões e encargos similares pagos	(257 704)	(359 279)
Pagamentos ao pessoal	(522 874)	(614 146)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(97 531)	(49 946)
Resultados de reavaliação cambial	(779)	(1 518)
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(368 260)	(309 602)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	70 693	(163 700)
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(80 938)	-
Aplicações em instituições de crédito	-	500 000
Outros ativos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(80 938)	500 000
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	-
Fluxo das atividades operacionais (1)	(10 245)	336 300
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	(18 853)	-
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	-	(1 020)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(18 853)	(1 020)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	(225 283)	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	(225 283)	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(254 381)	335 280
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	814 438	479 159
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	560 057	814 438

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores Expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2021	2020
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	393	329
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	559 665	814 110
Caixa e seus equivalentes	560 058	814 438
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	22 569 827	18 641 465
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	23 129 885	19 455 903

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os montantes de 22.569.827 Euros e 18.641.465 Euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras).

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. ("Golden Broker" ou "Sociedade") foi constituída por escritura pública de 4 de abril de 2003. A Sociedade tem por objeto a receção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transação de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC"), ao abrigo do determinado no Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC's, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

I. Ativos financeiros

i.1. Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 7).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2. Ativos financeiros ao Justo Valor através de resultado

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os financeiros ao Justo Valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de resultados

ii. Outros passivos – Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e Equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas anuais constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático, o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2021.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 13).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pela Sociedade são as seguintes:

- A Sociedade auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Valor da transação intermediada;
- Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, a Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

- (i) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
- (ii) componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

h.i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade.

h.ii) Atividade de gestão de patrimónios

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade (Nota 2).

Os valores mobiliários sob gestão encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade de a instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço, e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam situações materialmente relevantes geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

l) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, a Sociedade reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, DE ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou de estimativas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Não foram detetados erros nas demonstrações financeiras apresentadas em períodos anteriores.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2020.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito e tem a seguinte composição:

	2021	2020
Disponibilidades de Terceiros:		
- em instituições de crédito no país	9 521 731	10 913 176
- em instituições de crédito no estrangeiro	13 048 096	7 728 289
Disponibilidades da Sociedade:		
- em instituições de crédito no país	559 665	814 110
- em instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	23 129 492	19 455 575

Relativamente às disponibilidades, existe uma conta bancária no La Caixa de 89.305 Euros cujas condições de movimentação precisam de ser atualizadas.

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não detém aplicações junto de outras instituições de crédito.

4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas referem-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade de valor nominal	Cotação 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2019	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022	25 000	105,31%	26 438	26 793	26 966
			26 438	-	
Títulos	Quantidade de valor nominal	Cotação 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2020	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022	25 000	102,264%	25 679	26 438	26 966
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022	25 000	102,264%	25 679	-	26 308
Obrigações do Tesouro – OT´s 4,95% 10 2023	50 000	110,2251%	55 567	-	58 205
			106 925	-	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores (Nota 23).

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento nas rubricas “Outros Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2021				Saldo Final
	Ativo bruto			Transferências e abates	
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações		
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99 198	15 328	-	-	114 526
	99 198	15 328	-	-	114 526
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294 633	-	-	-	294 633
Mobiliário e material	35 597	-	-	-	35 597
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-
Equipamento informático	165 650	-	-	-	165 650
Equipamento de Transmissão	31 330	-	-	-	31 330
Equipamento de Ambiente	5 549	-	-	-	5 549
Equipamento de segurança	1 865	-	-	-	1 865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	534 816	-	-	-	534 816
Total	634 014	15 328	-	-	649 342
Rubricas	2021				Saldo Final
	Amortizações e perdas de imparidade			Transferências e abates	
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações		
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99 198	5 108	-	-	104 306
	99 198	5 108	-	-	104 306
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294 115	518	-	-	294 633
Mobiliário e material	35 597	-	-	-	35 597
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	0
Equipamento informático	162 558	936	-	-	163 494
Equipamento de Transmissão	31 094	236	-	-	31 330
Equipamento de Ambiente	5 549	-	-	-	5 549
Equipamento de segurança	1 866	-	-	-	1 866
Património Artístico	-	-	-	-	-
	530 779	1 690	-	-	532 469
Total	629 977	6 799	-	-	636 775

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 24,07%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		161 911		(98 868)
Imposto apurado com base na taxa nominal		11 536		-
Tributação autónoma		1 687		2 729
Outros (Derrama)		2 154		-
Imposto apurado com base na taxa efetiva	27,99%	15 377	26,83%	2 729
Do qual:				
Impostos correntes		15 377		

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Golden Wealth Management, SGPS, S.A., registando o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica “Passivos por impostos correntes”.

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos, é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2021	2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	15377	2729

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2021	2020
Devedores diversos:		
Devedores por operações em derivados - conta margem	2 117 575	1 248 034
Rendimentos a receber	-	8 790
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	4 960	5 132
Rendas	6 000	6 000
Outros	1 732	1 550
	12 692	12 682
Contas a regularizar	51	6 318
Outros devedores	194 701	21 183
Outros ativos - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	7 882
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	7 831	6 855
	7 831	14 737
	2 332 850	1 311 744

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2021	2020
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados - conta margem	2 118 720	1 252 099
Credores por operações sobre valores mobiliários	22 155 385	18 325 013
Fornecedores	39 505	20 554
Outros credores	5 763	238 016
	24 319 373	19 835 682
Encargos a pagar:		
Comissões	-	26 172
Gastos com pessoal	112 025	67 412
Outros custos administrativos	122 694	13 000
	234 719	106 583
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	31 078	38 424
Contribuições para a Segurança Social	9 545	(4 936)
IVA - a pagar	5 962	-
	46 585	33 488
	24 600 677	19 975 753

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da Sociedade estava representado por 70.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único acionista a Golden Wealth Management, S.G.P.S., S.A.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelo acionista da Sociedade, no montante de 50.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

10. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Reserva legal	204 704	204 704
Resultados transitados	214 935	316 532
	419 639	521 236

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de junho de 2021 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 como segue:

Reserva legal	-
Distribuição de dividendos	-
Resultados transitados	(101 597)
	(101 597)

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

11. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2021 e de 2020, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos” advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	2021	2020
Juros e rendimentos similares	1 687	7 557
Outros juros e encargos similares	(24 449)	(14 415)
Margem Financeira	(22 762)	(6 858)

12. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Atividades de corretagem:		
Comissões de corretagem	1 238 493	1 042 025
Comissões de conservadoria	77 985	307
Outras comissões	13 184	19 059
	1 329 662	1 061 391
Atividades de gestão de ativos:		
Comissões de gestão	53 673	41 240
Depósito/Guarda de valores	28 963	(1 076)
Comissões de performance	54 682	37 507
	137 318	77 671
	1 466 980	1 139 062

13. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Atividade de corretagem e de gestão de ativos	(455 259)	(289 884)
Serviços bancários	(65 247)	(54 100)
	(520 506)	(343 984)

14. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica estava relacionado com ganhos ou perdas líquidas obtidas com a venda e compra de moeda por conta de clientes e por conta própria, em virtude da ocorrência de pagamentos em moeda estrangeira e da existência de saldos de disponibilidades em moeda estrangeira.

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
IVA suportado	(30 024)	(40 182)
Imposto de selo	(5 368)	(3 675)
Outros custos	(28 681)	(30 597)
	(64 073)	(74 454)
Outros ganhos e rendimentos	144 898	187 655
Outros resultados de exploração	80 825	113 201

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos de gestão	(189 168)	(186 900)
Remunerações dos colaboradores	(224 761)	(290 321)
Encargos sociais obrigatórios	(95 451)	(110 497)
Outros custos com pessoal	(43 775)	(1 756)
	(553 155)	(589 475)

O quadro de trabalhadores e administradores executivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser resumido como segue:

	2021	2020
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	8	9
Pessoal administrativo	1	1
	12	13

17. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2021 e 2020, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 189.168 e 186.900 Euros, respetivamente (Nota 16).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser discriminadas como segue:

	2021	2020
António Nunes da Silva	53 138	52 500
João Matos	68 015	67 200
Sérgio Silva	68 015	67 200
	189 168	186 900

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Luís Miguel Damas & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e ao longo dos respetivos exercícios, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

18. GASTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços especializados	(156 001)	(256 560)
Rendas e alugueres	(72 000)	(72 070)
Deslocações e estadas	(32 727)	(46 915)
Rendas de locação operacional	-	-
Comunicações	(9 772)	(7 109)
Publicidade	-	(624)
Outros	(9 273)	(11 590)
	(279 773)	(394 869)

19. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Golden Wealth Management, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, eram os seguintes:

	2021				2020		
	GWM EI	GWM SGPS	Vintage-burgo	SGF	GWM EI	Vintage-burgo	GWM SGPS
Outros passivos							
Credores por operações sobre valores mobiliários	8 765 638	-	19 947	7 802	5 645 764	16 904	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	50 000	-	-	-	-	50 000

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Wealth Management e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2021							
	Solid Assets	GWM EI	SGF	Vintageburgo	Vasco Freitas	GWM SGPS	GLD Serviços	IMF
Rendas e alugueres	(72 000)	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(23 203)	-	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	-	-	(6 118)	(9 505)	-	-	(1 139)
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	(49 500)	-
Comissões recebidas	-	163 324	141 895	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal / Outros	-	133 655	6 604	-	-	-	-	-
	31.12.2020							
	Solid Assets	GWM EI	SGF	Vintageburgo	Vasco Freitas	GWM SGPS	GLD Serviços	IMF
Rendas e alugueres	(72 000)	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(58 853)	-	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	-	-	(4 122)	(8 660)	-	-	(1 456)
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	(61 500)	(5 000)
Comissões recebidas	-	175 175	102 605	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros	-	174 324	7 583	-	-	-	-	-

20. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2021	2020
- Resultado líquido do exercício	146 534	(101 597)
- Número médio ponderado de ações	70 000	70 000
- Resultado por ação:	2,09	(1,45)

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 09 de junho de 2022. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Wealth Management – S.G.P.S., S.A.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	64 947	38 827
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i)	121 224 162	111 423 169
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.ii)	5 059 927	3 083 806
	126 349 036	114 545 803

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2021, ascende a 106.925 Euros (Nota 4).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais estão depositados em diversas instituições bancárias.

Os ativos geridos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Ações	1 116 513	671 664
Outros	3 943 414	2 412 143
	5 059 927	3 083 806

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Wealth Management- Empresa de Investimento S.A. foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 13 de junho de 2022 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN BROKER- EMPRESA DE INVESTIMENTO S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Golden Broker- Empresa de Investimento S.A (Golden Broker).

A – Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Broker tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Broker;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Broker.

No que diz respeito aos responsáveis pelo Compliance e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Broker.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Broker deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B– Política de Remuneração da Golden Broker

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Competitividade

A Golden Broker procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Broker tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e know how capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Broker, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Broker;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;

- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
 - i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra;
 - ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D - aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2021, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 94.341 euros.

COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.
2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:
 - 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
 - 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.
3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.
4. Compete à CSAR:
 - 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
 - 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
 - 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden WM;
 - 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden WM.
5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.
6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.
7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.
8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





**Golden Broker – Empresa
de Investimento, S.A.**

Certificação Legal das Contas

31 de dezembro de 2021

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 25.582.227 euros e um total de capital próprio de 966.173 euros, incluindo um resultado líquido de 146.534 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Rendimentos de serviços e comissões	
<p>Em 31 de dezembro de 2021 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.466.980 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; • o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; • a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e • uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
Salvaguarda dos bens de clientes	
<p>Em 31 de dezembro de 2021, os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 126.349.036 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade, a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste-se de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Assim, entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; • a conciliação das informações prestadas pelas entidades externas e as demonstrações financeiras; e • a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui, ainda, a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

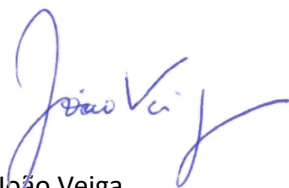
- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de fevereiro de 2022 para o

mandato compreendido entre 2022 e 2025;

- O órgão de gestão da Entidade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 9 de junho de 2022

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



João Veiga
ROC nº 1296 / CMVM nº 20160906

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (de ora em diante designada «Golden Broker»), apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Golden Broker reportados ao exercício de 2021.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da Golden Broker.

No âmbito das suas funções, com a periodicidade considerada adequada, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da atividade da Golden Broker. Verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Golden Broker e apresentação das demonstrações financeiras

No que concerne o Relatório e Contas de 2021, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração bem como os documentos de prestação de contas, que englobam o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração de rendimentos integral, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações de capital próprio e respetivos anexos.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal de Contas emitida pela Luís Miguel Damas & Associados, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e obteve desta as informações que considerou necessárias no âmbito da sua atividade de fiscalização.

Da análise efetuada e anteriormente referida, o Conselho Fiscal é de opinião que:

- a) Os documentos de prestação de contas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Golden Broker;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão apresenta a evolução da atividade empresarial e da situação da Golden Broker, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado do trabalho desempenhado pelo Conselho Fiscal, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Golden Broker aprove:

- 1) O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021;

2) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão, conforme a seguir transcrita:

«..., o Conselho de Administração propõe a aplicação do resultado líquido de 146.534 Euros da seguinte forma: 14.653 Euros para Reserva Legal e 131.881 Euros para distribuição de dividendos.»

Uma nota final para a situação da nova Vogal do Conselho Fiscal, a Dra. Maria do Céu Ferreira Godinho, que iniciou as suas funções após a aprovação do regulador (Banco de Portugal) em 26 de janeiro de 2022, pelo que a sua intervenção se cinge às informações e acompanhamento obtido desde esse momento e até à presente data.

Finalizando o presente documento, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento pela muito boa colaboração que sempre recebeu do Conselho de Administração e dos responsáveis das várias áreas orgânicas da Golden Broker com quem se relacionou.

Porto, 13 de Junho de 2022

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel**

Num. de Identificação: 05327366

Data: 2022.06.10 18:24:33+01'00'

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel



André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)

Assinado por: **Maria do Céu Ferreira Godinho**

Num. de Identificação: 10288373

Data: 2022.06.13 10:31:29+01'00'

Maria do Céu Ferreira Godinho



